CAPÍTULO 2

EXPLORANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS ESTADUAIS DA REGIÃO DE ITAPETININGA/SP

Caroline Furtado Cruz
Isis Maria Amaral Costa Matsuura
Juliana Milanês Camargo de Barros
Rafaela Aparecida de Camargo Silva
Sidnei José Machado de Andrade
Yves Ferreira de oliveira
Centro Universitário Sudoeste Paulista – UniFSP

RESUMO

A presente pesquisa abordará o tema a implementação e os desafios da educação inclusiva no município de Itapetininga/SP, com base nas abordagens, implementação e os desafios da educação inclusiva no Brasil no desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com necessidades especiais. A Educação Inclusiva, tem como principal objetivo garantir a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas, nas salas de aula regulares, proporcionando as adaptações e apoios necessários para atender às necessidades educativas individuais. O objetivo da pesquisa é avaliar os impactos da educação inclusiva sobre alunos com e sem deficiência, identificar desafios enfrentados por gestores e professores no processo de inclusão e propor estratégias para a melhoria da prática inclusiva nas escolas. A pesquisa utilizará bases de dados como livros, artigos acadêmicos, leis, e documentos institucionais sobre educação inclusiva e psicologia escolar. O estudo utilizou uma abordagem quantitativa e exploratória, com coleta de dados por meio de questionários online aplicados a 54 profissionais da educação. As questões abordaram infraestrutura, preparo docente, adaptações curriculares e o impacto da colaboração com outros profissionais, como psicólogos escolares. Espera-se que o estudo forneça uma compreensão aprofundada sobre a importância de investir na formação continuada de professores, ampliar os recursos materiais e estruturais das escolas e fortalecer parcerias com famílias e profissionais de saúde. Além disso, enfatiza o papel fundamental da psicologia escolar na promoção de práticas inclusivas, contribuindo para a criação de um ambiente educacional mais equitativo.

Palavras-Chave: educação inclusiva; desafios; impactos.

ABSTRACT

This research will address the topic of implementation and challenges of inclusive education in the city of Itapetininga/SP, based on the approaches, implementation and challenges of inclusive

education in Brazil in the academic, social and emotional development of students with special needs. Inclusive Education has as its main objective to guarantee the inclusion of all students, regardless of their physical or cognitive conditions, in regular classrooms, providing the necessary adaptations and support to meet individual educational needs. The objective of the research is to evaluate the impacts of inclusive education on students with and without disabilities, identify challenges faced by managers and teachers in the inclusion process and propose strategies to improve inclusive practice in schools. The research will use databases such as books, academic articles, laws, and institutional documents on inclusive education and school psychology. The study used a quantitative and exploratory approach, with data collection through online questionnaires applied to 54 education professionals. The questions addressed infrastructure, teacher preparation, curricular adaptations and the impact of collaboration with other professionals, such as school psychologists. The study is expected to provide an in-depth understanding of the importance of investing in ongoing teacher training, expanding schools' material and structural resources, and strengthening partnerships with families and health professionals. In addition, it emphasizes the fundamental role of school psychology in promoting inclusive practices, contributing to the creation of a more equitable educational environment.

Keywords: inclusive education; challenges; impacts.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva no Brasil é um campo de grande relevância e complexidade. Ela busca assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Esta abordagem, adotada em âmbito nacional com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e, posteriormente, com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, representa um compromisso com a equidade, a diversidade e a inclusão nas escolas brasileiras (BRASIL, 1996, 2007). No entanto, apesar dos avanços legais, a implementação efetiva da Educação Inclusiva no país enfrenta uma série de desafios, que vão desde a infraestrutura das escolas até a formação de professores e a necessidade de apoio especializado (SILVA, 2015).

Nesse contexto, este projeto de extensão visa avaliar os impactos da Educação Inclusiva no desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com necessidades especiais, bem como na cultura das escolas e na sociedade em geral. Além disso, busca-se explorar estratégias e práticas eficazes que promovem a inclusão e o aprendizado de todos os alunos, incluindo a valiosa contribuição da psicologia para o sucesso dessas abordagens. Com o propósito de fornecer uma análise abrangente e atualizada sobre o tema, com destaque para os avanços e

as lacunas na literatura existente, este projeto também se empenha em compreender os desafios enfrentados na implementação da Educação Inclusiva no Brasil. Concentramos nossa ênfase nas questões que afetam os alunos, professores e demais atores envolvidos no processo educacional. Dessa forma, pretendemos oferecer informações valiosas não apenas para profissionais da educação e psicólogos escolares, mas também para pesquisadores, formuladores de políticas e todos os interessados na melhoria da Educação Inclusiva no Brasil. Acreditamos que esse esforço contribuirá para um debate informado e orientará práticas mais eficazes e inclusivas em nossas escolas.

REVISÃO DA LITERATURA

Essa revisão da literatura busca aprofundar nosso entendimento sobre a Educação Inclusiva no Brasil, com ênfase na contribuição da psicologia. Pretende-se analisar a literatura disponível para compreender os desafios enfrentados na implementação da Educação Inclusiva no país, bem como avaliar os impactos dessa abordagem no desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com necessidades especiais. Além disso, exploraremos as estratégias e práticas eficazes que promovem a inclusão e o aprendizado de todos os alunos, incluindo a contribuição específica da psicologia para o sucesso dessas abordagens. Por fim, reconheceremos o papel fundamental de psicólogos na promoção da Educação Inclusiva e na construção de um ambiente educacional mais equitativo e inclusivo.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Inclusiva, conforme destacado por Barbosa e Bezerra (2021), tem como principal objetivo garantir a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas, nas salas de aula regulares, proporcionando as adaptações e apoios necessários para atender às necessidades educativas individuais. Esse modelo educacional contemporâneo representa uma mudança significativa em relação às práticas do passado, quando as crianças com deficiência eram frequentemente segregadas em classes especiais, uma abordagem que remonta à década de 1930 (BARBOSA; BEZERRA, 2021). De acordo com essas autoras, a Educação Especial surgiu como resposta às demandas da sociedade na época, buscando uma educação mais inclusiva e igualitária.

Silva Neto et al. (2018) enfatizam que a Educação Inclusiva não é apenas um conceito, mas um processo contínuo de transformação em direção a uma sociedade inclusiva, na qual a participação de todos os estudantes nas escolas regulares é amplamente promovida. Esse processo requer não apenas mudanças na estrutura física das escolas, mas também uma profunda reestruturação das práticas, culturas e políticas educacionais para acomodar a diversidade dos alunos. Para os autores, a base dessa abordagem reside na valorização das características individuais de cada aluno, com o objetivo de promover seu crescimento, satisfação pessoal e integração social (SILVA NETO et al., 2018).

É importante destacar que a Lei nº 13.146/2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão, especialmente no âmbito educacional. O Capítulo IV do estatuto estabelece o direito à educação de qualidade para pessoas com deficiência, garantindo o acesso a todos os níveis de aprendizado ao longo de suas vidas, com o objetivo de maximizar o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades individuais. Além disso, torna responsabilidade do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade proporcionar uma educação inclusiva que seja segura, livre de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

De acordo com Silva Neto et al. (2018), para alcançar uma Educação Inclusiva eficaz, as escolas devem assumir a responsabilidade de promover a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas habilidades, deficiências, origens socioeconômicas ou culturais. Isso requer uma transformação profunda na estrutura escolar, nas abordagens pedagógicas e nas relações entre a escola, os alunos e suas famílias. Nesse contexto, Barbosa e Bezerra (2021) destacam a importância das adaptações no ambiente escolar, que vão desde práticas acolhedoras da escola em relação às crianças com deficiência até inovações metodológicas nas salas de aula. Essas adaptações visam criar um ambiente inclusivo, com um currículo flexível que atenda às necessidades educacionais de todos os alunos.

Rodrigues e Gomes (2020) ressaltam que uma escola inclusiva requer a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar, incluindo os pais ou responsáveis dos alunos. Estabelecer parcerias sólidas com as famílias e adotar uma abordagem democrática e inclusiva são fundamentais para o sucesso da Educação Inclusiva.

Além disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência enfatiza a necessidade de aprimoramento dos sistemas educacionais, com o objetivo de eliminar barreiras e promover a

inclusão plena. Isso inclui o fornecimento de serviços e recursos de acessibilidade para garantir que todos os alunos tenham igualdade de acesso à educação (BRASIL, 2015).

Por fim, é importante reconhecer que a formação docente desempenha um papel crucial na implementação eficaz da Educação Inclusiva. Barbosa e Bezerra (2021) enfatizam que os professores precisam adquirir conhecimentos e habilidades para lidar com a diversidade em sala de aula e atender às necessidades educacionais de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. Para esses autores, a escola desempenha um papel fundamental como espaço acolhedor das diferenças e na promoção de discussões que visam à melhoria da formação pedagógica, buscando efetivamente a inclusão de todos os alunos.

Com essas considerações, torna-se claro que a Educação Inclusiva não é apenas um modelo educacional, mas também um compromisso com a equidade e a valorização da diversidade em nossas escolas (BRASIL, 1996, 2015). Através da implementação efetiva dessa abordagem inclusiva, busca-se construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial (SILVA NETO et al., 2018; RODRIGUES; GOMES, 2020; BARBOSA; BEZERRA, 2021).

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apesar de todas as dificuldades, a questão do investimento é fundamental para garantir a efetivação da educação inclusiva. É essencial que as escolas tenham recursos adequados para atender às necessidades de todos os alunos, de acordo com a legislação vigente. A conscientização da equipe gestora sobre essas questões legais é crucial para assegurar os direitos de cada estudante, independentemente da realidade da instituição. A implementação efetiva da educação inclusiva requer um compromisso sério com o investimento em recursos humanos, materiais e infraestrutura. Conforme a autora:

> O princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Os gestores devem saber o que diz a Constituição, mas principalmente conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos. (YOSHIDA, p. 5, 2018).

Quando falamos de educação inclusiva, nos deparamos com um assunto muito importante PRECONCEITO. O preconceito não é originado pelo que é o discriminado de fato, mas sim pelo que ele representa, especialmente em relação à sua história. Por exemplo, quando se trata de pessoas com deficiência, a surpresa diante de sua competência evidencia claramente as baixas expectativas em relação ao seu desenvolvimento, que essas pessoas não são capazes, gerando esse preconceito, mesmo não sendo algo que as afetam diretamente.

A inclusão surge como uma necessidade social visando garantir que todos frequentem a sala de aula do ensino regular da escola comum. Segundo (Ferreira p.4 2018) a concretização da educação inclusiva requer a existência de redes de apoio, que ele identifica como sendo a família e os profissionais da área da saúde. A família desempenha um papel fundamental por ser a base do aluno, portanto, estabelecer um vínculo de confiança com a escola é crucial. Além disso, os profissionais da área da saúde auxiliam os educadores na compreensão das necessidades dos alunos, sendo os mais solicitados geralmente médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e psicopedagogos.

Falta uma postura política para do governo das condições básicas necessárias para a implementação da educação inclusiva, as quais já estão garantidas na Política Nacional de Educação e no Plano Estadual de Educação como, atendimento pedagógico especializado para os professores, salas de recursos multifuncionais equipadas com computadores e programas específicos para diferentes tipos de deficiência ou necessidades dos alunos, treinamentos constantes para os professores entre outros.

IMPACTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo estudos realizados por Thomas Hehir, a educação inclusiva fornece benefícios para todos os alunos, não apenas para os alunos que possuem alguma deficiência, ou transtorno, mas também para os demais alunos.

> A magnitude dos benefícios da educação inclusiva pode variar de um estudo para outro, mas a grande maioria reporta benefícios significativos para os alunos que são escolarizados ao lado de seus pares sem deficiência — ou, na pior das hipóteses, não mostra diferenças entre os estudantes incluídos e não incluídos (Thomas Hehir, 2016)

Em seu estudo, “Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência”, Thomas Hehir, aponta que os benefícios para os alunos se dão, porque a educação inclusiva diz respeito às diferenças humanas presentes em cada um dos estudantes, e estas precisam ser atendidas de maneiras diferentes. Por exemplo, nos alunos com deficiência, esta inclusão favorece o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades ligadas às matérias exatas, como a Matemática, e também a leitura, também ajudando na redução de incidentes comportamentais.

As pesquisas também apontaram que devido a educação inclusiva, estes jovens tornam-se mais propensos a terminar o Ensino Médio, e quando Adultos, demonstram uma maior propensão a ingressar no Ensino Superior, a conseguirem um emprego, e a viverem de forma independente.

Estudos realizados pelo instituto Alana, apontam que em salas de aula nas quais há o convívio de alunos com e sem deficiências, foi notado um aumento significativo no desempenho destes alunos. Concluiu-se também que cerca de 81% dos alunos sem deficiência que estudaram em salas de aula inclusivas, tiveram ganhos no seu desenvolvimento acadêmico, e no pior resultado, não tiveram impacto nenhum em seu desenvolvimento.

Outro resultado que se tornou evidente frente às pesquisas, diz respeito à percepção do mundo destes alunos, indicando que pessoas sem deficiência que estudam em ambientes inclusivos têm menos opiniões preconceituosas e são mais receptivas às diferenças.

No Brasil, mesmo ainda precisando de um grande avanço na área da educação inclusiva, estudos apontam que, nos locais onde já se promove uma maior inclusão nas escolas, mesmo que ainda deficitário, já se notam diversos resultados positivos.

Nas palavras de Maria Teresa Eglér Mantoan, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp):

> Os professores da sala de aula mudaram algumas de suas práticas, passaram a fazer descobertas importantes e sentiram seu trabalho mais valorizado, ao reconhecerem o potencial de cada estudante”, descreve o estudo brasileiro. Com isso, os docentes perceberam que a inclusão possibilita o reconhecimento de que as pessoas têm tempos e modos diferentes de aprender e passaram a valorizar os pequenos avanços escolares de cada um (Maria Teresa Eglér Mantoan, 2014).

Nos últimos 20 anos, o Brasil tem verificado um avanço significativo no número de estudantes com deficiência estudando na mesma sala de aula que os alunos sem deficiência.

Porém, ainda há muitos desafios para garantir que essa inclusão seja realizada com qualidade, e contemple toda a educação básica.

A inclusão só se torna efetiva, e provê benefícios para os alunos, quando as práticas pedagógicas, olham para o lado dos pontos fortes e pelas necessidades de cada aluno, independentemente de terem ou não deficiência.

Segundo a pesquisa realizada por Hehir, a maneira como a inclusão é operacionalizada faz a diferença nos impactos para o conjunto de estudantes.

É preciso ter-se uma gestão adequada das salas de aula inclusivas – o que se traduz, de acordo com a pesquisa, em instrução adaptativa (estratégias e objetivos de aprendizagem flexíveis), consulta colaborativa e ensino cooperativo entre professores de educação especial e geral - para assim produzir bons resultados.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A psicologia desempenha um papel fundamental na Educação Inclusiva, pois contribui significativamente para compreender, apoiar e promover o desenvolvimento integral dos alunos com necessidades educacionais especiais (HANURAWAN, 2017). Dazzani (2010) destaca o papel dos psicólogos escolares como um elemento chave na superação dos desafios presentes no processo de inclusão escolar, como a falta de capacitação profissional adequada e a necessidade de recursos apropriados. Para Cassins et al. (2007), esses profissionais desempenham um importante papel na criação de um ambiente inclusivo nas escolas, o que é fundamental para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades.

A formação política e ideológica dos profissionais da educação também é enfatizada como uma contribuição fundamental da Psicologia Escolar (GUZZO, 2012). Ao capacitar os educadores para adotar uma abordagem crítica e construtiva, os psicólogos escolares promovem uma compreensão mais profunda das necessidades dos alunos com necessidades especiais e o compromisso de promover seu desenvolvimento, independentemente de suas diferenças (MARTINEZ, 2005). Isso representa um passo crucial para a transformação do sistema educacional e a criação de um ambiente mais inclusivo.

Para Bock (2003), outro aspecto relevante é a capacidade da psicologia em desafiar a visão tradicional de que os problemas de aprendizado são inerentes ao aluno e destacar as práticas

escolares historicamente excludentes. Segundo Martinez (2005), essa mudança de perspectiva incentiva uma reflexão constante sobre a ação educacional e um compromisso com a mudança na maneira como a diversidade humana é tratada nas escolas.

A contribuição da psicologia na revisão das concepções dos professores sobre a inclusão também é evidente em trabalhos como o de Cassins et al. (2007). De acordo com esses autores, os psicólogos escolares desempenham um papel fundamental ao orientar os professores na compreensão das necessidades dos alunos com necessidades especiais e na adoção de práticas mais inclusivas. Isso ressalta a importância de uma abordagem colaborativa, onde os profissionais da psicologia atuam como facilitadores de mudanças positivas nas práticas pedagógicas, possibilitando a construção de ambientes escolares inclusivos que promovam a aceitação e a valorização da diversidade (CASSINS et al., 2007).

É crucial reconhecer que a responsabilidade pela inclusão não deve recair exclusivamente sobre os ombros dos professores (SERRA, 2007). Para essa autora, a implementação bem-sucedida da inclusão requer uma abordagem sistêmica que envolve toda a comunidade escolar, incluindo pais, e exige o desenvolvimento de instrumentos e recursos pedagógicos que apoiem os professores em sua prática cotidiana. Isso destaca a necessidade de uma colaboração ampla e uma compreensão compartilhada de que a inclusão é um esforço coletivo, reafirmando a importância da presença do psicólogo no âmbito escolar.

Diante do exposto, verifica-se que a psicologia desempenha uma série de funções significativas na promoção da Educação Inclusiva, desde a formação de profissionais até a reflexão sobre práticas pedagógicas e a sensibilização de toda a comunidade escolar para a importância da inclusão. Para que a inclusão seja eficaz, é fundamental que todos os envolvidos estejam comprometidos com a criação de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e democrático. A atuação dos psicólogos escolares, em particular, é crucial para promover a igualdade de acesso à educação e garantir que todos os alunos recebam o apoio necessário para ter sucesso na escola e, consequentemente, na vida de um modo geral. Por meio de uma abordagem holística e colaborativa, a psicologia desempenha um papel central na criação de ambientes educacionais que valorizam a diversidade e promovem o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

METODOLOGIA

O método de pesquisa utiliza uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória para avaliar o preparo e o amparo aos profissionais da educação da Diretoria de Ensino Região de Itapetininga na educação inclusiva. A população-alvo compreende gestores e docentes da rede estadual, com amostra aleatória simples definida por cálculo estatístico. Os dados serão coletados por meio de um questionário online estruturado, dividido em seções sobre dados demográficos, preparo inclusivo e apoio de profissionais de saúde mental, combinando perguntas fechadas e abertas.

A pesquisa considera aspectos éticos fundamentais. Todos os participantes estão cientes do anonimato, os benefícios e os possíveis riscos, além da desistência a qualquer momento, os formulários incompletos serão descartados, os dados coletados são armazenados de forma segura e restrita aos pesquisadores envolvidos. A pesquisa teve a autorização da Dirigente de Ensino da Região de Itapetininga, Sra. Elizete Ribeiro Ponsi Petelinkar, que fez a divulgação do questionário nas escolas por meios oficiais.

COLETA DE DADOS

O processo de coleta de dados foi realizado por meio de um questionário estruturado no *Google Forms* e aplicado online. O questionário é composto por perguntas fechadas em escala *Likert*, escala de classificação usada para medir atitudes, percepções e opiniões. As perguntas abertas que compõem o questionário servirão para os entrevistados expressarem melhor suas opiniões e sugestões sobre o problema pesquisado. Após a aplicação, os dados serão organizados em uma planilha eletrônica para posterior análise estatística e qualitativa. O uso do *Google Forms* possibilita praticidade na aplicação, anonimato dos participantes e eficiência no armazenamento e exportação de dados.

Perguntas realizadas no questionário online:

1. Você trabalha com alunos que possuem algum tipo de deficiência?
2. Em qual escola você atua?
3. Para quantas salas você dá aula?
4. No geral, com quantos alunos você trabalha por sala de aula?
5. Qual o total de alunos com deficiência que fazem parte das salas em que você dá aula?

6. Você se sente confortável em lidar com os comportamentos apresentados por alunos com deficiência?
7. Você acha que a infraestrutura da escola é adequada para a acessibilidade de todos os alunos?
8. Você tem acesso a materiais didáticos adaptados para atender às necessidades dos alunos com deficiência?
9. A sua escola fornece recursos adequados para apoiar a Educação Inclusiva?
10. Você recebeu treinamento para lidar com as diversas necessidades dos alunos com deficiência?
11. Como você aborda as adaptações curriculares para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência?
12. Você notou mudanças nas atitudes dos alunos em relação à diversidade desde que foi implementada a Educação Inclusiva?
13. Que tipo de recursos ou apoios adicionais você acha que seriam mais úteis para melhorar a Educação Inclusiva em sua escola?
14. Você acredita que a colaboração com outros profissionais, como psicólogos escolares ou terapeutas, afeta sua prática na Educação Inclusiva?
15. Você acredita que recebe feedback suficiente sobre seu desempenho no contexto da Educação Inclusiva?
16. Você se sente sobrecarregado devido ao número de alunos com deficiência em sua turma?
17. Você acha que sua formação inicial o preparou adequadamente para lidar com diversidade de necessidades dos alunos?
18. Você considera que a inclusão de alunos com deficiência enriquece a experiência educacional de todos os alunos na sala de aula?
19. Quais desafios você enfrenta ao lidar com alunos com deficiência?

CRONOGRAMA DE COLETA DE DADOS

	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Elaboração do questionário	X							
Revisão do questionário		X						
Permissão para divulgação do questionário			X					
Revisão do questionário para atender às demandas					X			
Coleta de dados						X		
Análise dos dados							X	
Apresentação da análise								X

ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados nas perguntas de “Sim e Não” foram organizados em uma escala *Likert*, para melhorar a exposição dos dados e a analisar a opinião dos profissionais de forma comparativa. Os dados dos questionários incompletos foram inseridos na escala, funcionando como a neutralidade.

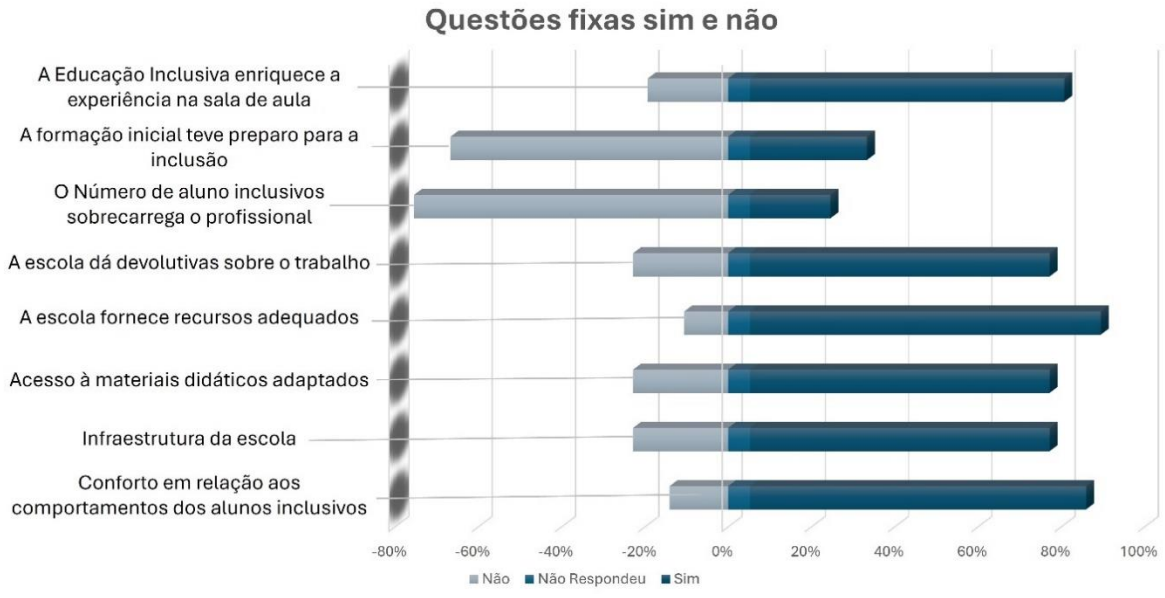

Figura 1 Questões fixas sim e não

Os dados coletados por 54 (cinquenta e quatro) profissionais da educação e 3 (três) questionários incompletos, apresentam uma boa visão sobre a situação atual da Educação Inclusiva nas escolas estaduais pertencentes à Região de Itapetininga. A maioria dos profissionais concordam que a formação inicial não prepara os docentes para a Educação Inclusiva de forma adequada, podendo ser essa uma das gêneses do problema.

Os dados gerados de questões com mais três ou mais respostas fixas foram transformadas em gráficos individuais para melhorar a sua leitura:



Figura 2 Número de alunos médio por profissional

O número de alunos elevado para um profissional gerente de sala pode ser desafiador para a feitura e aplicação de material inclusivo, já que o número elevado de discentes não permite que o profissional dê atenção individual aos alunos inclusivos e não inclusivos.

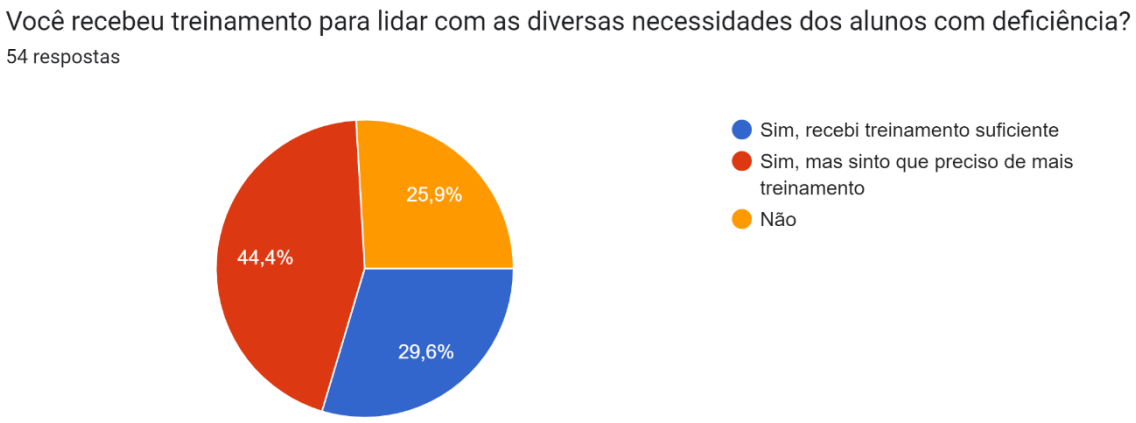

Figura 3 Treinamento sobre Educação Inclusiva

Os dados levantados sobre treinamento sobre Educação Inclusiva e suas demais vertentes é apresentada de forma muito negativa, já que estamos observando às respostas de profissionais atuantes na área da educação, apenas 29,6% se sentem que o treinamento recebido é o suficiente, e 25,9%, valor muito próximo do supracitado, relata não ter recebido nenhum treinamento sobre a temática. Os 44,4% dos respondentes assumem que receberam treinamento, mas que não se sentem preparados totalmente, reiteramos que essa resposta não pode ser interpretada de forma integralmente negativa, já que esses profissionais entendem que há várias formas e deficiência e apesar de receberem treinamento, não é o suficiente para sanar suas dúvidas e suas problemáticas diárias.

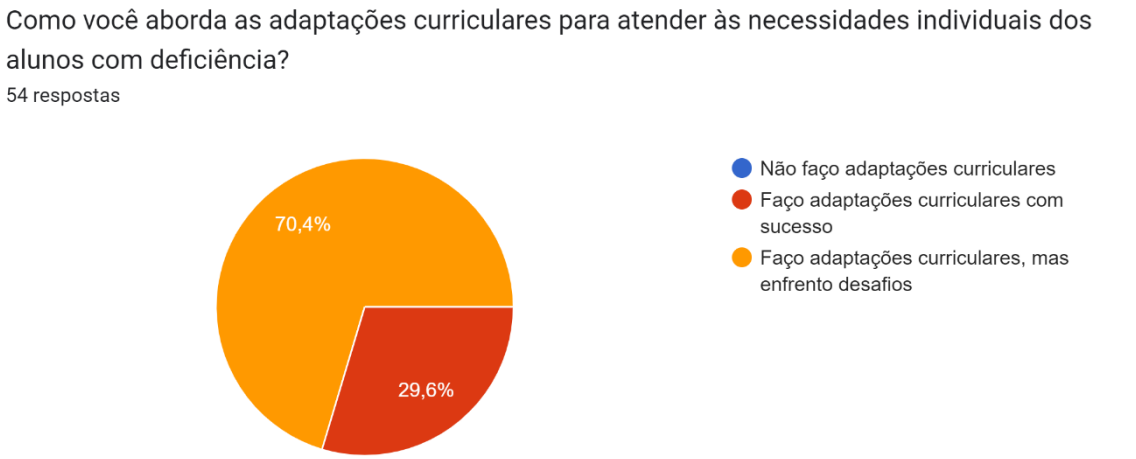

Figura 4 Adaptações Curriculares

Os números sobre as adaptações curriculares são bem positivos, 100% dos respondentes fazem adaptações curriculares, apesar de uma alta porcentagem das respostas enfrentarem desafios na montagem e/ou aplicação das adaptações, realizam-nas.

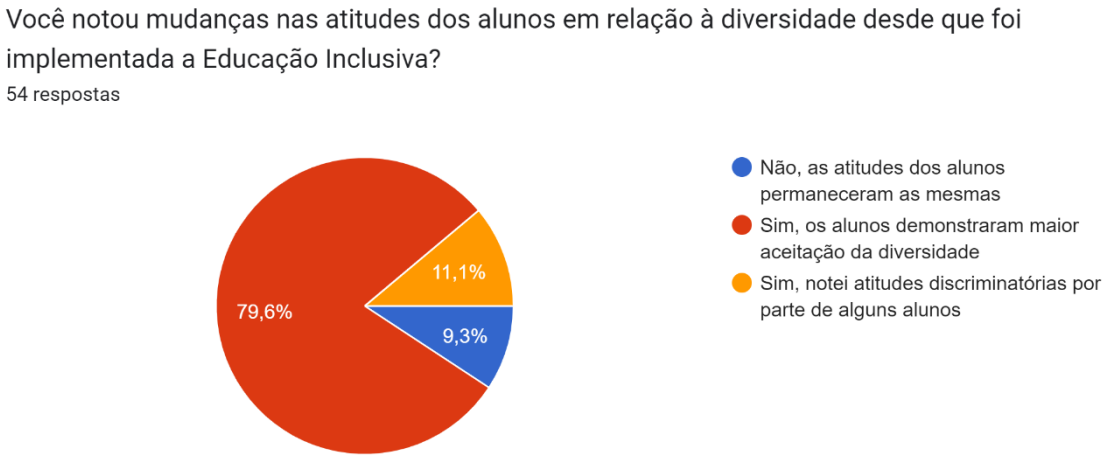

Figura 5 Mudanças em relação as atitudes dos alunos em relação à diversidade desde a implementação

A maioria dos entrevistados perceberam que os demais alunos, mudaram seus comportamentos perante os alunos de inclusão, demonstrando maior aceitação e a diminuição da prática do bullying.



Figura 6 Colaboração com demais profissionais no processo de educar

Cerca de 79,6% dos profissionais acreditam que a colaboração de outros profissionais enriquece o processo de ensino dos alunos da Educação Inclusiva.

Em relação a pergunta aberta, grande parte dos profissionais relataram não ter recebido um treinamento adequado, sentindo que não compreendem as deficiências por completo, portanto, as intervenções não são completamente eficazes, fazendo com que as adaptações realizadas não abranjam totalmente as capacidades dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados, analisados e apresentados fornecem uma visão abrangente sobre os desafios e as percepções dos profissionais da educação acerca da Educação Inclusiva nas escolas estaduais da Região de Itapetininga.

Os dados indicam que a maioria dos profissionais consideram que a formação inicial do educador é inadequada ou incompleta no que se diz respeito a Educação Inclusiva. A obrigação de aprender, utilizar e gerar resultados, muitas vezes recai sobre o professor (Serra, 2007). Para Barbosa e Bezerra (2021) os professores precisam adquirir conhecimentos para o desenvolvimento adequado dos alunos de inclusão, no entanto, o próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência, para uma inclusão plena deve haver o fornecimento de serviços e recursos que garantam aos alunos a inclusão (Brasil, 2015). Do ponto de vista psicológico esse despreparo

pode gerar sentimento de insegurança e baixa autoeficácia entre os professores, fatores esses que impactam negativamente na qualidade do ensino oferecido a alunos com necessidades especiais.

Os fatores supracitados, apontam que as instituições de ensino superior revisem seus currículos, integrando práticas e teóricas que abordem diretamente estratégias inclusivas, já que não contemplação dessas práticas pode ser entendidas como uma forma de exclusão desses alunos. Ressaltamos que as formações continuadas devem atuar como um suporte complementar ao aprendizado do profissional, oferecendo atualizações do conteúdo e não uma primeira vista no que se refere.

O treinamento adequado a esses profissionais fará com que a Educação Inclusa deixe de ser um conceito e se torne uma realidade. Um treinamento completo e individual sobre os diferentes tipos de deficiência e dificuldades intelectuais e físicas melhorarão de forma positiva o prisma que é gerado pela temática. Pode ser observado a preocupação os professores em realizar as adaptações curriculares, mas, nem sempre são plenamente eficazes devido à falta de suporte e compreensão aprofundada das deficiências. Para isso a participação de profissionais de outras áreas, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e demais especialistas auxiliam para aprimorar suas estratégias pedagógicas, essa é uma necessidade reconhecida por 79,6% dos entrevistados, reforçando a necessidade de práticas interdisciplinares.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados neste estudo oferecem um panorama claro dos desafios enfrentados por profissionais da educação no que diz respeito à Educação Inclusiva. O esforço dos professores é evidente, no reconhecimento de mais treinamentos e na adaptação curricular na promoção da inclusão, mas são limitados pelas barreiras estruturais e formativas que afetam de forma negativa a eficácia dessas práticas.

Os desafios apontados pelos profissionais de educação refletem uma complexa rede de necessidades não atendidas, tanto estruturais quanto formativas, desde a formação inicial, fazendo com que a Educação Inclusiva se torne uma especialização e não uma prática diária do profissional. Além disso é essencial que a formação continuada seja reforçada e compreendida de conteúdos que abordem estratégias práticas para lidar com a complexidade das deficiências no ambiente escolar.

Um trabalho interdisciplinar pode afetar o desenvolvimento do ensino e da qualidade de vida dos profissionais da educação, promovendo o bem-estar psicológico, já que a visão do desenvolvimento dos alunos inclusivos pode gerar uma satisfação profissional melhorando, como reflexo, o clima organizacional.

Outro ponto que merece destaque é a necessidade de políticas públicas que atendam às demandas estruturais das escolas, como a redução do número de alunos por sala, principalmente quando compreendida por alunos com deficiência. Essa ação irá fortalecer o trabalho do professor enquanto sala de aula e de modo individual do aluno, já que o educando pode ser observado de forma mais completa.

Os educadores demonstram comprometimento com o processo de inclusão, o que deve ser visto como um ponto de partida para melhorias no sistema educacional. Para que a Educação Inclusiva se torne uma realidade, são necessárias além de mudanças estruturais, mudanças culturais que reforcem os valores da diversidade e da equidade. A Psicologia, enquanto ciência voltada para o estudo do comportamento humano em seus diversos contextos, pode e deve continuar a contribuir com estudos, intervenções e orientações que ampliem as possibilidades de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. K. G.; BEZERRA, T. M. C. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5871. Acesso em: 12 jun. 2023.

BOCK, A. M. B. Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. *In:* MEIRA, M. E.; ANTUNES, M. A. M. (org.). **Psicologia escolar: teorias críticas**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p.79-103.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 20 dez. 1996. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996&totalArquivos=289. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 06 jul. 2015. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/2015&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=72. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%AAncia%2C%20adotada,e%20para%20seu%20p%C3%BAblico%20destinat%C3%A1rio. Acesso em: 08 abr. 2023.

CASSINS, A. M.; PAULA JUNIOR, E. P.; VOLOSCHEN, F. D.; CONTI, J.; HARO, M. E. N.; ESCOBAR, M.; BARBIERI, V.; SCHMIDT, V. **Manual de Psicologia Escolar/Educacional**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007. 45 p. Disponível em: https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/157.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

DAZZANI, M. V. M. A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: uma leitura crítica. **Psicologia, Ciência e Profissão**, [*s. l.*], n. 30, v. 2, p. 362-375, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200011. Acesso em: 21 jun. 2023.

GUZZO, R. S. L. **Psicologia Escolar: LDB e educação hoje**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2012.

HANURAWAN, F. The Role of Psychology in Special Needs Education. **Journal of ICSAR**, [*s. l.*], v. 1, n. 2, p. 180-184, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.17977/um005v1i22017p180. Acesso em: 19 abr. 2023.

MARTINEZ, A. M. Inclusão escolar: desafios para o psicólogo. *In:* MARTINEZ, A. M. **Psicologia escolar e compromisso social**. 1. ed. São Paulo: Alínea, 2005. p. 95-114.

RODRIGUES, P. R. E.; GOMES, C. Educação inclusiva: refletindo sobre a relação escola-família. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 57548-57564, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-241. Acesso em 02 abr. 2023.

SERRA, V. V. **Atitudes de professores frente à inclusão educacional**: o impacto do suporte e dos valores organizacionais. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade

Católica de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1890. Acesso em: 21 jun. 2023.

SILVA, A. S. **Educação inclusiva**: desafios dos docentes no processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2015. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/9398. Acesso em: 08 abr. 2023.

SILVA NETO, A. O.; ÁVILA, É. G.; SALES, T. R. R.; AMORIM, S. S.; NUNES, A. K. F.; SANTOS, V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X24091. Acesso em: 04 abr. 2023.

GUILHERME ALEXANDRE SANTOS. Os desafios da educação inclusiva na rede pública de ensino. Artigo disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575784/1/ARTIGO%20GUILHERME%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20%281%29%20%282%29.pdf. Acesso em: 04 mar. 2024

THALIANE CRISTINA ALVES GUIMARÃES. Educação inclusiva e os desafios da escola, Artigo disponível em:

https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5047/1/NC%20Monografia%20Thaliane%20Cristina%20Alves%20Guimara%CC%83es.pdf. Acesso em: 04 mar. 2024

Sylvia da Silveira Nunes; Ana Lucia Saia; Rosana Elizete Tavares. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família Artigo disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703001312014. Acesso em: 04 mar. 2024

SILVA, Berenice Mª Dalla Costa da; PEDRO, Vanize Dalla Costa; JESUS, Eliane Maria de. Educação inclusiva - Artigo disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_inclusiva.pdf. Acesso em: 04 mar. 2024

HEHIR T., Os Benefícios Da Educação Inclusiva Para Estudantes Com E Sem Deficiência, Instituto Alana ABT Associates, 2016, disponível em: <bit.ly/beneficioEducacaoInclusiva>, Acesso em: 9 Mar. 2024

SAINT-LAURENT L., DIONNE J., GIASSON J., ROYER E., SIMARD C., PIÉRARD B. Efeitos De Um Modelo De Sala De Aula Inclusiva Sobre O Desempenho Acadêmico De Estudantes Com E Sem Deficiência, 1998, disponível em: <doi.org/10.1177/001440299806400207>, acesso em: 04 mar. 2024

MANTOAN M., A Escola E Suas Transformações A Partir Da Educação Especial Na Perspectiva Inclusiva – Relatório Iii, MEC, OEI, Leped/Unicamp, 2014, disponível em: <bit.ly/RelatorioEducacaoInclusiva_MEC>, acesso em: 9 Mar. 2024

DESSEMONTET R., BLESS G., O Impacto Da Inclusão De Crianças Com Deficiência Intelectual Em Classes Regulares Sobre O Desempenho Acadêmico De Seus Pares Com Baixo, Médio E Alto Desempenho, 2013, disponível em: <www.tandfonline.com/doi/abs/10.3109/13668250.2012.757589>, acesso em: 9 Mar. 2024

KALAMBOUKA A., FARREL P., DYSON A., KAPLAN I., O Impacto De Incluir Alunos Com Necessidades Especiais Em Escolas Regulares Sobre O Desempenho De Seus Pares, 2007, disponível em: <bit.ly/2lAg1PI>, acesso em: 9 Mar. 2024

Turma Faz Estudo De Cultura Afro-Brasileira Em Português E Em Libras (Relato De Experiência), Diversa, 2016, disponível em: <bit.ly/relatoLibraDiversa>, acesso em: 9 Mar. 2024

INSTITUTO UNIBANCO, Educação Inclusiva É Positiva Para Todos, disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/24/index.html#:~:text=educação%20inclusiva%20gera%20efeitos%20benéficos,crianças%20e%20jovens%20com%20deficiência>, acesso em: 9 Mar. 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Psicologia em extensão [livro eletrônico] : práticas exitosas da curricularização da extensão em graduação de psicologia : volume 2 volume 2 / organização Gabriel Arruda Burani. -- Cariacica, ES : Editora Manual, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-83121-04-2

1. Ensino superior 2. Extensão universitária 3. Psicologia 4. Psicologia - Estudo e ensino I. Burani, Gabriel Arruda.

25-273167 CDD-150

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia 150

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Obra publicada em abril de 2025

Direção Editorial Afonso Henrique Souza de Assis

Diagramação Frederico Godoy

Revisão Cintia Campos

Capa Camila Carmo Duarte

Organização Gabriel Arruda Burani

Autores Ana Beatriz Rodrigues Queiroz
Ana Carolina Galvão Araújo
Ana Laura Costa E Silva
Angela Carla Leandro Vieira Dos Santos
Angela Carla Leandro Dos Santos
Carolina Vianna Fernandes
Caroline Furtado Cruz
Diego Siqueira Inocêncio Alves
Eloisa Goes França
Felipe Borges Tulli
Gabriel De Oliveira Pereira

Giovanna Ribeiro Muller
Gustavo Valério De Albuquerque
Iasmin Tureli Martinho
Igor Santos De Moura
Ingrid Karoline Souza Da Silva
Isadora Sophia Rechinelli Freitas
Isis Maria Amaral Costa Matsuura
Iris Tureli Martinho
Jaqueline Aparecida De Almeida Ferreira
Jeferson De Oliveira Silva
Jeniffer Keith Camargo Queiroz
Juliana Milanês Camargo De Barros
Kelly Ida Maria Guaglio
Laiza Fernanda Dos Santos Silva
Lucas Bueno Bonfati
Maiara Domingues
Marcela De Camargo Jesus
Maria Júlia Nassif
Maria Julia De Meira
Maria Julya Da Silva Pawuk
Marielle Da Silva Reis Leite
Mateus Alberto Costa De Medeiros
Mateus De Matos Paulino
Mateus Domingues Vincentin
Paloma Aparecida Ferreira Silva
Rafaela Aparecida De Camargo Silva
Sandra Rodrigues Da Silva
Sidnei José Machado De Andrade
Thainara Corrêa Mariano Momberg
Vitória Letícia Silva Monteiro
Yudi Suda Moura
Yves Ferreira De Oliveira